

SUMÁRIO

<i>Prefácio de Cândido Rangel Dinamarco</i>	7
---	---

Capítulo I – Considerações Introdutórias

1. <i>Os dois planos do ordenamento jurídico</i>	13
2. <i>Revisitar o sistema processual</i>	21
3. <i>Instrumentalidade do processo</i>	24
4. <i>Direito e processo</i>	27
5. <i>Processo: instrumento ético</i>	31
6. <i>Breve notícia histórica</i>	39

Capítulo II – A Tutela Jurisdicional

7. <i>Noções gerais</i>	43
8. <i>O direito material, os institutos processuais e a tutela jurisdicional</i>	47
9. <i>O significado de tutela</i>	54
10. <i>Espécies de tutela e efetividade do processo</i>	58
11. <i>A natureza do direito e a tutela pleiteada</i>	61
12. <i>Tutela de direitos e tutela jurisdicional</i>	64
13. <i>O procedimento e a relação material</i>	70

Capítulo III – Técnica Processual e Escopos do Processo

14. <i>Acesso à ordem jurídica justa e flexibilização do sistema processual</i>	77
15. <i>Fatores determinantes da flexibilização</i>	83
15.1 <i>O juiz e o processo</i>	83
15.2 <i>A postura do processualista</i>	85
15.3 <i>O direito material</i>	87
16. <i>Escopos do processo</i>	92
17. <i>Princípio da adaptabilidade do procedimento às necessidades da causa</i>	95

18.	<i>Tutela jurisdicional diferenciada</i>	97
19.	<i>A interdependência entre direito e processo e a eficácia do sistema</i>	101
20.	<i>Inadequação da técnica processual</i>	107

Capítulo IV – Institutos Processuais Analisados à Luz do Direito Material

21.	<i>Jurisdição contenciosa e jurisdição voluntária</i>	118
22.	<i>Competência</i>	121
23.	<i>A garantia constitucional da ação</i>	123
23.1	O exercício do direito constitucional de ação e as regras infraconstitucionais do processo	130
23.2	Ação, tutela e condições da ação	137
23.3	Legítimo interesse processual	144
23.4	Legitimidade e possibilidade jurídica	147
23.5	Decadência, impossibilidade e mérito (Código de Processo Civil/1973)	149
23.6	A título de reflexão doutrinária: os arts. 75 do Código Civil/1916 e 5º, XXXV, da Constituição Federal	151
23.7	Condições da ação, tutela jurisdicional e coisa julgada	153
24.	<i>Elementos da ação</i>	155
25.	<i>Pressupostos processuais e relação material</i>	159
26.	<i>Pluralidade de partes: litisconsórcio e intervenção de terceiros</i>	160
26.1	Litisconsórcio	162
26.2	Intervenção de terceiros	164
27.	<i>Nulidade processual e instrumentalidade das formas</i> ..	168
28.	<i>Coisa julgada</i>	170
28.1	Coisa julgada e interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos	172
28.2	A coisa julgada como qualidade da sentença e de seus efeitos	175
29.	<i>Tutela executiva</i>	183
29.1	Repensando o processo de execução	184
30.	<i>Tutela preventiva</i>	189
31.	<i>Tutela provisória</i>	192

31.1	A função cautelar do mandado de segurança	199
31.2	Admissibilidade da tutela provisória	202
31.3	Tutela provisória cautelar e relação material	204
31.4	Antecipação dos efeitos da tutela jurisdicional mediante cognição sumária	206
31.5	Tutela provisória de urgência: cautelar e tutela antecipada	210
32.	<i>O mandado de injunção e o controle de constitu- cionalidade</i>	222
32.1	Os direitos tutelados pelo mandado de injunção	229
32.2	O mandado de injunção e o direito material cons- titucional	230
 Capítulo V – Conclusões		
33.	<i>Conclusão geral</i>	239
34.	<i>Conclusões específicas</i>	240
 Bibliografia		247